

## DITADURA MILITAR EM TERRAS KAINGANG

**Clovis Antonio Brighenti<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Na década de 1970 a ditadura militar utilizou a estrutura da Fundação Nacional do Índio – Funai, para investigar a atuação de um setor da Igreja Católica que atuava com a população indígena Kaingang nos estado do sul do Brasil e impedir que indígenas participassem de reuniões e encontros com outros indígenas na região e no Brasil, além de impedir que avançassem em seus processos organizativos.

As ações eram coordenadas pela Assessoria de Segurança e Informações – ASI, órgão subordinado ao Serviço Nacional de Informação - SNI que operava junto aos ministérios civis, autarquias, empresas e órgãos públicos. A ASI tinha na Funai sua principal informante através das Delegacias Regionais e as chefias de postos localizados no interior das Terras Indígenas. A documentação relativa a ação da ASI/Funai foram disponibilizadas a uso público apenas em 2009 e estão arquivadas no acervo do Arquivo Nacional em Brasília com a seguinte identificação: ASI/FUNAI Missões Religiosas.

A história indígena no sul do Brasil na década 1970 ficou caracterizada pelo surgimento de articulações e mobilizações indígenas contra a presença de arrendatários, contra o funcionamento de serrarias operadas pela Funai que exploravam as madeiras nativas, contra as atividades agropastoris com lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho; todas essas atividades geravam dividendos para o Departamento Geral do Patrimônio Indígena – DGPI/Funai. Além das manifestações contras as explorações, os indígenas reivindicavam o direito de escolher seus próprios caciques e pelo fim do regime tutelar.

As ações indígenas eram apoiadas por um setor da Igreja Católica, o Conselho Indigenista Missionário – Cimi, que atuava a partir da diocese de Chapecó/SC e mantinha articulação em praticamente todo Brasil. As ações do Cimi iniciaram na TI Xapecó, localizada

---

<sup>1</sup> Doutor em Historia cultural pelo PPGH da UFSC. Professor e coordenador pedagógico do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na UFSC. Membro do Conselho Indigenista Missionário – Cimi.

no oeste catarinense a partir de 1973 e era considerada como Pastoral Indigenista e atendia a partir da paróquia de Xanxerê.

Através de fontes orais e da documentação pesquisada no Arquivo Nacional buscamos demonstrar que a Ditadura Militar atuou em diversas frentes contra as manifestações indígenas, buscando atingir e impedir a ação de uma prática específica da Igreja Católica.

### A ação da igreja e as investidas dos militares

Ao se posicionarem a favor de que as terras devessem ser devolvidas aos indígenas e os camponeses arrendatários (cerca de 200 famílias) assentados em outras terras, os membros da Pastoral Indigenista (inclusive o padre Benetti, que não era adepto dessa concepção de trabalho social) passaram a ser ameaçados, conforme recorda Armando Bianchi (2008): “Ele [Pe. Benetti] dizia pra mim, ‘apareceu uma carta dependurada lá no porão da paróquia’ (que era o Cimi, onde trabalhava), ‘te cuida você também,’ ou seja, ameaças aos padres da paróquia.” Thomaz Novello (2008) recorda que os arrendatários ficaram com raiva do Bispo, identificando nele o principal inimigo, “esse aí [referindo-se a um arrendatário], queria ver o diabo mas não queria ver o Dom José”. A revolta contra Dom José Gomes era pela sua postura em defesa da devolução da terra aos indígenas e pelo reassentamento dos arrendatários: “A orientação da Igreja é que o pessoal deveria sair, inclusive na época o D. José veio aqui, visitar, pro pessoal sair. O pessoal se revoltou contra o bispo, porque não queriam sair (...) e aí teve um pessoal de lá contra o bispo.” (NOVELLO, 2008).

As ações, reuniões, encontros e manifestações dos indígenas do sul repercutiam negativamente na Funai. Em nota pública, o Cimi questionava:

*(...) a Funai, acostumada à submissão imposta às sociedades indígenas. Tais atitudes, como a de cobrar os inúmeros prazos marcados, inclusive indo a Brasília algumas vezes, provocaram na Funai uma reação, que a princípio limitou-se ao envio de investigadores às reservas indígenas pra descobrir os motivos da não submissão dos índios. (CIMI, 1978:91.)*

Egon Heck recorda que nos primeiros anos de atuação, apesar de a Funai exigir portaria para ingresso na TI, ela não era cobrada pelo chefe de posto, podendo circular

livremente. Posteriormente, com as manifestações indígenas e as manifestações dos missionários identificando problemas e cobrando soluções, as tensões entre Funai e Igreja Católica começaram a aumentar. A Funai acusando a Igreja de agitadora e baderneira, e a Igreja acusando a Funai de ser responsável por tudo o que de ruim corria nas TIs:

*Tinha que ter uma autorização por escrito, e ali em me lembro inclusive, no começo, daí eles deixavam, faziam vistas grossas algumas que outra viagem, até deixavam, mas depois eu me lembro, que eu devo ter sido chamado a atenção de Brasília o general Demóstenes e outros lá, sobre a periculosidade, que podia significar isso (...) que tinha gente, agitador no meio deles. Aí vinha toda aquela questão que depois passou a ser, que eles generalizavam e diziam que eram agentes agitadores, comunistas e tal, com todo aquele linguajar típico do período, da guerra fria, como pretexto, pra tentar impedir o trabalho do Cimi. (HECK, 2009).*

Em 1977 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, no Congresso Nacional, para “apurar a situação do índio e suas causas”. O Boletim do Cimi (CIMI,1977:5). noticiou que a CPI proposta pelo Cimi era para ter sido criada em 1976, mas não houve consenso entre parlamentares da Aliança Renovadora Nacional – Arena, partido governista. No ano seguinte, em 1977, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido que congregava os oposicionistas, desejava uma CPI pra investigar as violações dos direitos humanos. A Arena se apressou em criá-la e assim esgotou, regimentalmente, as possibilidades de criar novas CPIs. Segundo depoimento do Secretário do Cimi ao jornal *O Estado de São Paulo* a proposta da CPI tinha como objetivo “levantar não só o trabalho do governo das áreas indígenas, mas também das missões católicas e protestantes, para que sejam afastados aqueles que realmente estão prejudicando o índio.” (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO,1977:32)

O *Boletim Luta Indígena* divulgou uma carta atribuída a um indígena Kaingang da TI Xapecó endereçada ao presidente da Funai, questionado a proibição de participar das assembleias indígenas. A carta teria sido escrita em 2 de novembro de 1977:

*Eu estou fazendo uma pergunta se nós temos direito de sair procurar os nossos irmãos de outros estado para nos idear, planejar o que nós podemos fazer junto. Eu pergunto porque a gente foi proibido de sair encontros com outros nossos irmãos índios. O Estatuto do Índio não diz. Porque nós precisamos conversar juntos. A gente tem que lutar junto sobre os nossos interesses de trabalhos na terra.*

*Pedimos o nosso governo eu de uma idéia a nosso favor. Se eu pudesse falar com o meu governo Brasileiro, presidente da república. Eu queria ter um prazer de conversar os problemas de minha terra. (CIMI SUL, 1977:10).*

A resposta do General Ismarth de Araujo Oliveira veio no seu depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional.

*(...) o que está representando a tutela para o índio? Como tutelado, ele está praticando todos os atos como qualquer cidadão: tirar o serviço militar; tirar o seu título de eleitor, votar e ser votado; movimentar conta bancária; conseguir financiamento e empréstimo; ter liberdade religiosa; ter liberdade de locomoção; ter carteira funcional, de identidade, etc...*

*Os senhores poderão perguntar: e a liberdade de reunião? Esta também tem e os mesmos vêm participando de várias. A FUNAI coíbe a participação em determinadas reuniões que nada trazem em benefício para o mesmo. O índio fala, levanta problemas, mas o que a reunião trouxe de solução para esses problemas pelo mesmo levantado? Mesmo assim, a FUNAI não acorrenta o índio e apesar de qualquer recomendação contra, alguns vem participando, o que demonstra liberdade de locomoção. Em alguns casos, além de nada lucrar, o mesmo é prejudicado. (ARAUJO, 1977:71).*

As acusações contra as atitudes da Funai não eram exclusivas dos indígenas, já que o Cimi também a culpava por impedir a participação indígena e boicotar assembleias. A Funai decide usar do mesmo expediente para se contrapor às assembleias, ou seja, passa a reunir caciques “aliados” para confrontar as lideranças “rebeldes”.

*Porém, diante da crescente resistência indígena à atuação espoliatória e dominadora da Funai, o órgão projetou um meio mais eficaz de boicote do movimento dos índios. Convidando para uma reunião os caciques das diversas reservas do sul – a maioria dos quais escolhidos pelos chefes de posto – nela o órgão renovou suas gastas promessas aproveitou pra criticar o confundir os índios sobre seus movimentos de liberação. (CIMI SUL, 1978:91).*

O deslocamento da delegação indígena em dezembro de 1975 a Brasília, com apoio da Igreja Católica, foi considerado uma provocação pelo presidente da Funai. A partir do início de 1976, aumentou o controle sobre a presença de missionários na TIs e a saída de indígenas.

*Então, a partir de certo momento (...), eu lembro inclusive de uma cena. Eu fui um dia com a assistência social da Paróquia de Xanxerê. A gente ia com os índios, ia numa comunidade pra outra, íamos conversar, fazer reuniões e a gente ia com eles [indígenas]. Aí eu fui lá pra avisar que uma ou outra liderança (...) não sei se era Xangrê (...) estava fazendo uma assembleia, não sei se era uma reunião ou era uma viagem a Brasília, pra ir conversar com o presidente da Funai sobre a questão das terras, em 1976. Eu sei que quando eu tava saindo, desceu de um opala, (um opalão [Opala], que na época era um carrão branco) o velho Mader [chefe do posto]. Chegou e cruzou na frente da Kombi, e parou, desceu com o revólver assim (risos)*

*“o que que tá fazendo aí?” Gritando! “A gente sabe que você tá instigando os índios a levar não sei pra onde? E já pra fora!!” Eu saí meio tremendo na realidade (risos), que a região lá não era (...) (HECK, 2009).*

No relatório produzido em 1975 pela Pastoral Indigenista de Xanxerê, um dos desafios a ser enfrentado era o poder exercido pela Funai sobre os indígenas, órgão esse que consideravam “patrão exclusivo”:

*FUNAI – O patrão exclusivo: com a aprovação do Estatuto do Índio em 1973, a FUNAI ficou responsável por todos os índios do território nacional. Por isso todo o trabalho ou presença junto às comunidades precisa de autorização da FUNAI. Como aqui no sul todos são postos da FUNAI só é possível um trabalho com benevolência da mesma. E sabemos que devido a atitude corajosa de denúncias dos missionários através do CIMI, os missionários estão tendo resistência, dificuldades e até proibição de atuar nos postos. (PASTORAL INDIGENISTA, 1975).*

A Funai optou por fazer valer seu poder tutelar e impede a participação de indígenas em atividades organizadas pela Igreja ou pelo movimento indígena. O Kaingang João Maria Ferreira (Modesto) foi demitido do seu emprego na serraria do Posto Xapecó por ter participado da assembleia dos chefes indígenas que ocorreu de 16 a 19 de abril de 1977, em São Miguel das Missões/RS. Ao regressar da assembleia, além de demitido, concluiu-se, pelo contexto de perseguição, que foi obrigado a assinar uma declaração afirmando ter abandonado o trabalho e ter ido participar da assembleia contra sua vontade.

*Eu JOÃO MARIA FERREIRA (MODESTO), índio, residente e domiciliado no Posto Indígena Xapecó, declaro para todos os fins e na melhor forma de direito, que não declarei nada, nem tão pouco autorizei a imprensa falada, escrita deste país a fazerem declarações de qualquer ordem em meu nome.*

*Declaro também que abandonei o serviço na serraria porque fui participar de uma reunião do CIMI, em Santo Angelo, depois de muita insistência do Pe. Dionisio Egon. Na oportunidade falei a ele que não podia faltar ao serviço, mas o mesmo disse que não haveria problema com as faltas. (FUNAI, 1977).*

“Os Srs. verificam que a culpa no caso cabe ao Padre Egon” (ARAUJO, 1977:72) declarou Ismarth Araujo em seu pronunciamento à CPI.

Concomitantemente ao descrédito à legitimidade havia também a tentativa de impedir através da coerção a participação dos chefes indígenas nos encontros e assembleias. A VII

Assembleia dos Chefes Indígenas que ocorreria em Roraima, na aldeia Surumú, ficou prejudicada porque “a Funai, por meio da Polícia Federal interrompeu e suspendeu a reunião dos tuxauas. A partir daí começou um clima crescente de repressão para impedir a organização dos povos indígenas da região.” (CIMI, 2001:127).

Nada fugia ao olhar controlador e repressor do chefe do posto. No sul do Brasil o controle exercido pela Funai ficou registrado no serviço de inteligência e controle, através da Assessoria de Segurança e Informação – ASI/Funai, que era responsável por fiscalizar as ações de indígenas e indigenistas na gestão do governo militar.<sup>2</sup> Em 6 de fevereiro de 1978, o cacique Xavante da aldeia São Marcos/MT, Aniceto Tsudzawèrè, encaminhou convite à reunião que iria ocorrer em sua aldeia. O convite chegou ao líder Kaingang Vicente Focã Fernandes, da TI Xaçecó. O chefe do posto, Franklin Mäder, tomou conhecimento do convite, após a assembleia. Fez cópia dele e enviou ao Delegado Regional da 4ª DR da Funai, José Carlos Alves, comunicando a referida reunião:

*Of. N° 08/70-Pix*

*Do chefe do PI. Xaçecó*

*Ao Senhor Delegado Regional*

*Assunto: Reunião do CIMI em São Marcos – MT*

*Prezado Senhor*

*Anexo estou remetendo a Vossa Senhoria, cópia do CONVITE, para reunião de índios na aldeia São Marcos MT., realizada pelo CIMI, de 15 a 19 de maio PP. O original do convite anexo, está em mãos dos índios Vicente Fernandes e Salvador Capanema deste PI., que a revelia desta chefia participaram da reunião realizada em São Marcos – MT... (Grifo nosso). (MÄDER, 1978).*

Observemos que o chefe do posto informa aos superiores que desconhecia o convite. Analisando esse discurso, podemos compreendê-lo com duplo significado, tanto no sentido de criminalizar os indígenas como de defender-se de responsabilidade perante sua chefia. Em qualquer das hipóteses, fica patente a demanda por controle sobre os indígenas. O chefe do posto faz questão de frisar que a reunião é do Cimi. Continua o ofício: “Tendo Vicente comparecido as reuniões de ruínas de São Miguel em 27 de abril e em cidade de Chapecó do

---

<sup>2</sup> “Das primeiríssimas providências do regime militar foi criar o SNI – Serviço Nacional de Informação, montado em cima de 3.000 dossiês e 100.000 fichas com informações que o general Golbery de Couto e Silva vinha juntando fazia anos, sobre as principais lideranças políticas sindicais e empresariais do país. Dentro do aparelho repressivo do Estado os órgãos de informação obedeciam a uma hierarquia. O SNI dava assessoria direta ao presidente da República. As Divisões de Segurança e Informação – DSIs, atendiam aos ministérios; e as Assessorias de Segurança e Informações – ASIs, operavam junto aos ministérios civis, autarquias, empresas e órgãos públicos”. (REVISTA CAROS AMIGOS, 2007:168).

dia 28 também de abril PP (...)". Essa informação de que os indígenas teriam já participado de outras reuniões demonstra o controle que desejam efetuar e o descontrole que de fato ocorria.

Continua:

*Referidos índios, apesar de advertidos e conscientizados por ésta chefia por diversas vezes sobre a atuação do CIMI, veem participando de quasi todas as reuniões realizadas nesta zona. Informo mais, que as passagens de ônibus para a viagem a São Marcos foram adquiridas na rodoviária de Xanxerê pelo padre Egom Dionisio Hach, e referidos índios em companhia de outros quatro índios residentes na localidade de Rio da Vargem dentro da reserva florestal proxima ao PI. Nonoai, foram acompanhados pelo individuo tambem do CIMI Vilmar da Rocha Dangeles, elemento este atuante nas lavouras da Diocese, no núcleo Pinhalzinho. Informo ainda que por duas vezes adverti o Bispo Dom José Gomes, sobre Egom, Vilmar e outros elementos do Cimi, que constantemente visitam as lavouras da Diocese e procuram contato com os índios. Na oportunidade, apresento a Vossa senhoria cumprimentos respeitosos [erros ortográficos no original]. (MÄDER,1978).*

Os nomes dos dois indígenas, dos missionários do Cimi e de Dom José Gomes estavam grafados com nota manuscrita com data de 20-09-1978, no cabeçalho do documento de João Mader. A anotação dos nomes fora efetuada pela ASI, órgão do Ministério do Interior para efeito de controle das pessoas investigadas pelo órgão. Eram “nomes anotados na ficha de entrada”. (ARQUIVO NACIONAL, ASI/FUNAI, Cx.1). Ou seja, essas pessoas estavam sendo investigadas pelo governo militar por meio da ASI.

O delegado substituto da Funai em Curitiba encaminhou o ofício nº 08/78-Pix, ao chefe da ASI/Funai, anexando a carta convite para a reunião em São Marcos/MT, insinuando que a referida reunião fora realizada pelo Cimi e não pelos indígenas: “reunião esta, realizada pelo CIMI.”(Ibid).

As tentativas de impedir a participação dos indígenas em encontros e assembleias partiam do Departamento de Segurança e Informação – DSI, órgão do Ministério do Interior – Minter, que, por sua vez, acionava a ASI/Funai e, esta, os Delegados Regionais e, conseqüentemente, os chefes dos postos. Consta no Arquivo Nacional um telegrama do Gabinete do Presidente da Funai, de abril de 1978, endereçado às doze DRs, determinando que “essa DR deverá impedir comparecimento índios reunião CIMI prevista 11 a 14 abr em Xapécó et 27 abr em ruínas São Miguel PT – PRES.” (ARQUIVO NACIONAL. ASI/FUNAI, Cx 1) Em seguida foi expedido telegrama ao DSI/MINTER dando ciência das providências adotadas pela Funai.

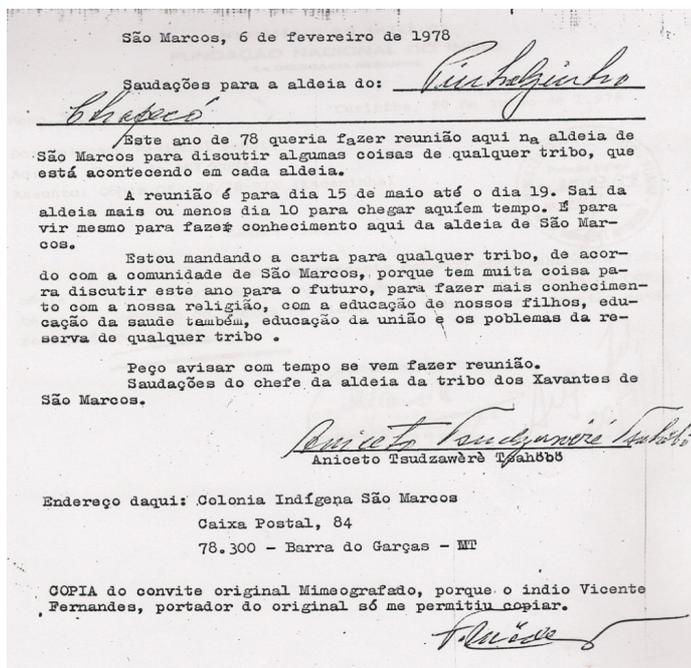


Figura 01. Carta convite à reunião indígena na Aldeia São Marcos/MT, encaminhada aos Kaingang da Terra Indígena Xapecó. No rodapé do convite observação do Chefe de Posto Franklin Mäder informando que o indígena permitiu apenas fotocopiar.  
Fonte: Arquivo Nacional. ASI/Funai. Cx. 1. Missões Religiosas Cimi.

A interceptação de missionários do Cimi que estavam mobilizando indígenas para participar dos encontros em Chapecó e São Miguel das Missões, acima referidos, também ficou registrada na Assessoria de Segurança e Informação da Funai. Telegrama da 4ª DR da Funai em Curitiba, encaminhada à Funai Brasília, no dia 10 de abril, informando que:

*O Padre Natalício [Pe. Natalício J. Weschenfelder] procurou CH [cacique] Palmas [TI Palmas- PR], sentido de levar índios da comunidade reunião do Cimi cidade Chapecó/SC dias 13 e 14 corrente. CH solicitou ao Padre Natalício que se dirigisse sede 4A. DR. Reunião mesmo dia visita Pres Funai, poderah ter objetivos escusos.(ARQUIVO NACIONAL, 10-04-1978, ASI/FUNAI, Caixa 1).*

No dia 12 de abril de 1978 novamente o delegado da 4ª Delegacia Regional da Funai em Curitiba encaminha ofício “confidencial” à Funai Brasília, informando que no dia 12 de abril o “Chefe do Posto Indígena Xapecó interceptou no interior da área indígena, uma Kombi

do Conselho Indigenista Missionário, com integrantes da Diocese de Xapecó (sic) e mais um indivíduo desconhecido que tentava arrebanhar índios para a reunião na cidade de Xapecó (sic).” (ARQUIVO NACIONAL, 12-04-1978, ASI/FUNAI, Cx 1).

A ASI/Funai também ocupou-se de investigar a assembleia indígena que ocorreu em abril de 1977, em São Miguel das Missões/RS. O relatório da assembleia, arquivado pela ASI/Funai, havia sido encaminhado ao Presidente da Funai com cópia ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça, fazendo denúncias contra a Funai por ela impor caciques às comunidades, impedindo-as da livre escolha de suas lideranças, e por ela se apoderar dos bens naturais e da produção agrícola das terras indígenas. Acusava também as chefias de posto de apoiar a invasão das TIs. Enfim, faziam-se acusações que incomodavam o órgão indigenista. (ARQUIVO NACIONAL, 19-04-1977, ASI/FUNAI, Cx 1).

Durante a XIII Assembleia dos Chefes Indígenas em outubro de 1979, ocorrida em Sergipe, a Funai tentou impedir a participação dos indígenas no nordeste. Não conseguindo tal feito, buscou infiltrar-se no movimento. Assim relatou Fábio Alves dos Santos:

*O Cel. Hércio Gomes da divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior, comandando os antropólogos da Funai, Delvair Melatti e Sidney Possuelo, queria todo custo embarcar na lancha que conduziria os índios, missionários e imprensa até a Ilha de São Pedro. Apesar da insistência nada conseguiu esse lídimo representante da repressão (...) mal começaram os trabalhos um corpo estranho tenta penetrar na assembléia. Era o coronel-espião e seus comandados. Os índios reagiram prontamente. Somente depois de uma discussão entre eles é que permitiram sua presença, para ouvir o que temos a dizer sobre essa Funai. Em Pão de Açúcar – AL, a doze quilômetros do local uma Veraneio de placa AO-0844 Aracaju, com quatro agentes da polícia federal, captava as mensagens do “gravador” do coronel e as gravava. Tudo pronto para uma intervenção na ilha, diziam eles. A espionagem eletrônica e o aparato bélico montado pela repressão denunciam a falsa abertura do regime vigente. (SANTOS, 1979).*

## **Controle sobre manifestações indígenas**

Apesar dos impedimentos e perseguições, as assembleias indígenas foram acontecendo. Os indígenas, aos poucos, iam ocupando espaços no cenário regional e nacional e se faziam ouvir. Algumas vezes tentavam aplicar imediatamente as propostas formuladas

nos encontros e assembleias, porém as mudanças internas nas comunidades foram as que mais demoraram a acontecer. Como é possível perceber na figura 52, o Delegado Regional da 4ª DR em Curitiba encaminha telegrama confidencial à Funai Brasília comunicando que líderes indígenas da TI Nonoai desejavam controlar as lavouras dos Projetos de Desenvolvimento Comunitário, por influência das reuniões indígenas:

*Líderes indígenas Nonoai João Canilenoroh e Adelson Moreira após terem participação reunião Cimi ocorrida recentemente essa capital, compareceram ontem sede PI comunicando chefe PI que partir aquela data tocariam sozinhos projeto DEC. Alegaram que sempre são lesados Funai e se apoderaram máquinas PRODEC, dizendo não precisaram mais órgão. Desloquei local Engenheiro Agrônomo e assist/social. Índios vem mantendo reuniões constantes com elementos do Cimi na cidade de Xapecó, Nonoai e Planalto. Dei ciência primeiro agrupamento Fronteira Santo Ângelo pedindo observações. Temendo atos semelhantes outras comunidades do sul (grifo nosso). (ARQUIVO NACIONAL, 14-08-1979. ASI/Funai, Cx 1)*

A atitude da Funai de proibir indígenas de participar de encontros e assembleias não pode ser explicada somente pelo regime de exceção vivido no Brasil com os militares no poder a partir de 1964. Percebe-se que, no período em que o Brasil esteve governado por militares, a repressão e as ameaças eram maiores, mas não podemos tomá-las de maneira absoluta, visto que a repressão ao indígena remete a contextos anteriores a 1964, remontam ao SPI e têm a ver com o regime tutelar e a exploração das Terras Indígenas.

Missão CIMI

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO		RADIOTELEGRAMA RECEBIDO		N.º 287179 EM 14/08/80	
DE	CURITIBA	NR	117	PLS	100
		DT	14/08	HS	0920
RECEBIDO DE	PP124	1408	AS	1055	POR MD IV
SUP/ADM URG CONFIDENCIAL					CONTROLE N.º 4452
<p>39/4A DR DE 140879 PT COMUNICO AH VSA LIIDERES INDIGENA S / / / / /          NO NAOAI JOAO CANILENOROH ET ARELSON MOREIRA APOS TEREM PARTICIPADO REUNIAO          COMI OCORRIDA RECENTEMENTE ESSA CAPITAL VG COMPARECERAM ONTEM SEDE PI ET          COMUNICARAM CHEFE PI QUE PARTIR AQUELA DATA TOCARIAM SOZINHOS PROJETO PRO          DEC PT ALEGARAM QUE SEMPRE SAO LESADOS FUNAI ET SE APODERARAM MAQUINAS          PRODEC VG DIZENDO NAO PRECISAREM MAIS ORGAO PT DESLOQUEI LOCAL ENGE-          GENHEIRO AGRONOMO ET ASSIST/SOCIAL PT REF INDIOS VEM MANTENDO REUNIOES          CONSTANTES COM ELEMENTOS CIMI NAS CIDADES DE XAPECOH VG NONOAI ET PLANAL-          TOI PT C DEI CIENCIA PRIMEIRO GRUPAMENTO FRONTEIRA SANTO ANGELO PEDINDO /          OBSERVACAO PT TEMENDO ATOS SEMELHANTES EM OUTRAS COMUNIDADES DO SUL VG          TOMO LIBERDADE SUGERIR ABERTURA CONTAS NOME FUNAI / COMUNIDADES NAS CIDA-          DES PROXIMAS PIS ONDE EXISTAM PROJETOS PT SDS JCARLOS 4A DR / / / / /</p>					

Figura 2. Telegrama confidencial comunicando insurgência indígena  
 Fonte: Arquivo Nacional. ASI/Funai, Caixa 1 – Missões Religiosas/Cimi.

Mortes e ameaças a lideranças indígenas também ocorreram. No dia 22 de janeiro de 1980, Ângelo Kretã, cacique Kaingang da TI Mangueirinha/PR, sofreu um atentado que o levou a morte sete dias depois, segundo noticiou o *Jornal Porantim*. (JORNAL PORANTIM, 1980:5). Depois de ter participado das desintrações das TI Rio das Cobras, Nonoai e Xapecó, o cacique da TI Mangueirinha e vereador do MDB na câmara municipal de Mangueirinha estava liderando a retomada da terra ocupada pela firma Slaviero, além de enfrentar diversos atritos com a Funai devido a extração de madeira em sua terra. O cacique Nelson Xangrê, após liderar a expulsão dos intrusos da TI Nonoai, passou a sofrer ameaças, segundo ele, de um funcionário da Funai. (JORNAL PORANTIM, 1980:9). Após três meses escondido, concedeu entrevista ao *Jornal Porantim*, informando que a ameaça de morte “foi por um funcionário da FUNAI. É que eu não deixava a FUNAI torcer meu braço. Ultimamente mataram o Ângelo Kretã e o Ângelo Pankararé”. Com o ocorrido, Xangrê não mais voltou a ser cacique na TI Nonoai. (JORNAL PORANTIM, 1980:9).

### Considerações finais

A partir do final da década de 1970 a Funai conseguiu novamente o controle sobre as comunidades e, numa atitude de acusações contra a Igreja Católica na pessoa do Cimi, proibiu o ingresso de missionários na maioria das terras indígenas no sul do Brasil, especialmente nas terras Kaingang. A antropóloga Ligia Simonian pesquisou esse contexto e falou ao Jornal Porantim que “os indígenas encontram-se manipulados e explorados por parte das elites econômicas e políticas regionais.” (JORNAL PORANTIM, 1980:9)

Segundo Simonian, a Funai treinou lideranças para executar as serrarias e os arrendamentos das terras, criando divisões internas nas comunidades. (JORNAL PORANTIM, 1980:9). O controle sobre os indígenas foi rigoroso, que, com exceção da luta pela demarcação da TI Toldo Chimbangue que ocorre no início dos anos 1980, a participação dos indígenas do sul do Brasil em assembleias e encontros nacionais vai ocorrer somente no final da década de 1980, início de 1990, no período do governo do Presidente Fernando Collor de Melo quando a Funai perde seu poder e prestígio no espaço governamental, e já havia se esgotado o potencial de madeira nas TIs.<sup>3</sup> É nesse momento que vai ocorrer a reaproximação de grande parte do movimento indígena no sul do Brasil com as diversas organizações que já eram realidade na Amazônia brasileira.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Em 4 de fevereiro de 1991 o presidente Fernando Collor de Melo promulgou o decreto nº 23 transferindo a responsabilidade pela gestão da saúde indígena da Funai para o Ministério da Saúde; e o Decreto n. 26, transferindo a responsabilidade pela gestão da educação escolar indígena da Funai para o Ministério da Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0023.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0023.htm)>. Acesso em: 4 mar. 2012.

<sup>4</sup> Sobre o contexto do final dos anos 1980 ver: PACHECO DE OLIVEIRA, op.cit., 2010; NOTZOLD A. L.; BRIGHENTI, C.A., Movimento indígena brasileiro na década de 1970: Construção de bases para rompimento da invisibilidade étnica e social. In: SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L.H. (Org.). **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiência no Brasil e na América latina**. Florianópolis: Ed UFSC, 2011.

## Bibliografia e fontes

Arquivo Nacional. **Carta convite à reunião indígena na Aldeia São Marcos/MT, encaminhada aos Kaingang da Terra Indígena Xapecó.** 6 fev. 1978, ASI/Funai. Cx. 1. Missões Religiosas Cimi.

\_\_\_\_\_. **Documento Final da Assembleia Indígena.** Anexo I: Painel dos problemas discutidos. Ruínas de São Miguel – RS, 19 de abril de 1977. ASI/FUNAI, Caixa 1 – Missões Religiosas/CIMI.

\_\_\_\_\_. **Informe nº 11-A/78, 12 de abril 1978.** E TIX 049/ASI. Da 4ª DR FUNAI Curitiba a FUNAI Brasília. ASI/FUNAI, Caixa 1 – Missões Religiosas/CIMI.

\_\_\_\_\_. **Radiotelegrama. 10-04-1978.** Procedência da 4ª DR FUNAI Curitiba à FUNAI Brasília. ASI/FUNAI, Caixa 1 – Missões Religiosas/CIMI.

ARAUJO, Ismarth. **Jamais aceitaremos ultimado dos Kaingang.** Correio do povo, Porto Alegre, 22 de jul. 1978.

\_\_\_\_\_. **Depoimento na CPI do Índio no Congresso Nacional.** Brasília/DF 17 de março de 1977.

BIANCHI, Armando. Idade não revelada. **Entrevista concedida a Clovis Antonio Brighenti,** Samburá, Ipuacu/SC, dezembro de 2008.

**BOLETIM LUTA INDÍGENA.** O que acontece com um chefe de posto corrupto? Xanxerê, ano 2, n. 4, dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Xanxerê, ano 3, n. 6, ago. 1978. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

**BOLETIM DO CIMI.** Brasília, ano 6, n. 41, out. 1977. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

BOSSETI, Silvestre. 58 anos. **Entrevista concedida a Clovis Antonio Brighenti**, Samburá, Ipuacu/SC, dezembro de 2008.

CIMI. Outros 500. **Construindo uma nova História**. São Paulo: Ed. Salesiana, 2001.

HECK, Egon Dionísio. 62 anos. **Entrevista concedida a Clovis Antonio Brighenti**, Luziânia/GO, agosto de 2009.

**JORNAL O ESTADO**. Florianópolis, 30 de abril de 1978. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

**JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**. São Paulo, 4 de janeiro de 1977. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

**JORNAL PORANTIM**. Ângelo Cretã: outro guerreiro tomba. Manaus, ano 2, n. 16, mar. 1980. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

\_\_\_\_\_. Xangrê, ameaçado de morte. “O certo é tomar as terra de latifundiários”. Manaus, ano III, nº 19/20, jun./jul. 1980. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

\_\_\_\_\_. Manaus: Ano III, n. 21, agosto de 1980. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

\_\_\_\_\_. Funai quebra unidade indígena. Manaus, ano 3, n. 23, outubro de 1980. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

NOVELLO, Thomaz. 68 anos. **Entrevista concedida a Clovis Antonio Brighenti**, Xanxerê/SC, dezembro de 2008

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRIGHENTI, Clovis Antonio. Movimento indígena brasileiro na década de 1970: construção de bases para rompimento da invisibilidade étnica e social. In: SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L.H. (Org.). **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiência no Brasil e na América latina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Introdução. In:\_\_\_\_\_. **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

\_\_\_\_\_. Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogênese dos atuais movimentos indígenas no Brasil. In: REIS, D. A. **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

PASTORAL INDIGENISTA/Cimi Regional Sul. **Relatório anual. Posto Indígena Xapecó**, Xanxerê, Dezembro de 1975.

**REVISTA CAROS AMIGOS**. Coleção Caros Amigos. Fascículo 6. Governo Médici – O “milagre”. São Paulo, 2007. Arquivo do Cimi – Brasília/DF.

SANTOS, Fábio Alvez dos. **Documento final da Assembleia dos chefes indígenas**. Boletim do Cimi. Brasília, ano 9, n. 63, 1980.

SIMONIAN, Lígia T. L. **Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas**. 1981. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.